



Proposição: Emenda(s) - MSGPL - Mensagem do
Executivo (Projeto de Lei)

Número: 004640/2024

Processo: 10354-00 2024

Parecer Marcelo Vitor Mendes Condé - Comissão de Saúde Pública e Bem-estar Social

I RELATÓRIO

Chega a esta Comissão o Projeto de Lei nº 026594/2025, que tem por objeto a instituição da Política Municipal de Assistência Social, com a consequente formalização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no âmbito do Município de Juiz de Fora. Trata-se de proposição normativa amplamente discutida com os segmentos representativos da sociedade civil e do poder público, consolidando os principais dispositivos que organizam, regulamentam e estruturam o SUAS municipal, conforme previsto na legislação federal aplicável.

II. FUNDAMENTAÇÃO

A proposição em análise revela-se não apenas oportuna, mas sobretudo necessária, uma vez que promove a atualização, racionalização e unificação da legislação local de assistência social, proporcionando maior clareza normativa, acessibilidade aos usuários e fortalecimento da gestão pública da política socioassistencial.

A proposta confere nova estrutura ao Conselho Municipal de Assistência Social, ampliando a representatividade das organizações da sociedade civil e garantindo a participação efetiva dos usuários e trabalhadores do SUAS, conforme previsto na NOB/SUAS. Além disso, promove a modernização do Fundo Municipal de Assistência Social, incorporando mecanismos de gestão financeira mais eficazes e compatíveis com as exigências de transparência, eficiência e controle social.

Outro aspecto relevante reside na previsão da gestão do trabalho e da educação permanente, o que representa um avanço técnico e institucional na medida em que valoriza o papel dos trabalhadores do SUAS e contribui para a qualificação dos serviços prestados à população em situação de vulnerabilidade.

Do ponto de vista da legalidade e da competência legislativa, o projeto encontra amparo nos artigos 23, II e X, e 30, I, da Constituição da República, bem como na LOAS (Lei nº 8.742/1993), e está em sintonia com os princípios da descentralização político-administrativa e da pactuação interfederativa que regem o SUAS em âmbito nacional.

III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, manifesto-me de forma favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 026594/2025, por reconhecer que a medida representa um marco normativo na consolidação da Política Municipal de Assistência Social, alinhada aos preceitos constitucionais e legais que regem a proteção social não contributiva, contribuindo significativamente para o fortalecimento da rede sócio-assistencial e para a garantia de direitos da população juiz-forana.



Sendo assim, libero a proposição à continuidade de sua tramitação no âmbito desta Casa Legislativa, recomendando seu encaminhamento para os trâmites regimentais subsequentes, inclusive para apreciação em plenário, ocasião em que farei a devida manifestação do meu voto.

Palácio Barbosa Lima, 04 de abril de 2025.



Marcelo Vitor Mendes Condé
Vereador Dr. Marcelo Condé - Avante